Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação tem mais um recorde 3

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara aprova urgência para projeto Que isenta do IR quem ganha até R\$5 mil reais
..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro sob suspeita de lavagem de dinheiro 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Taxas já afetam preços nos EUA, afirma IIF 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Servidor não perderá estabilidade, diz relator 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita arrecada R\$ 254 bi, alta de 4,57% em 12 meses 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Associações americanas defendem o Brasil nos EUA 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BNDES fecha 1º semestre com lucro de R\$ 13,3 bilhões 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mercadante promete "surpresa" em financiamento 13

VALOR ECONÔMICO - SP - EU
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Comitê Gestor busca mais recursos para implementar o sistema do IBS 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Do caos aberto ao sistema fechado: a lógica do novo IVA (Artigo) 16

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Receita quer aproveitar documentos atuais de serviços financeiros na reforma tributária
(Reforma tributária)**
..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dívida pública sem perspectiva de controle no curto prazo piora cenário 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS suspende contrato com a Crefisa por queixa de aposentados 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IFI prevê arrecadação do IOF abaixo da estimativa do governo..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quem vai financiar a Previdência ? (Artigo)..... 26

Arrecadação tem mais um recorde

» **RAPHAEL PATI**

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais alcançou, em julho, R\$ 254,22 bilhões, o que representa um acréscimo real de 4,57% em relação ao mesmo mês em 2024. Esse crescimento leva em consideração a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os

dados foram divulgados, ontem, pela **Receita Federal**.

De janeiro a julho, a arrecadação federal acumulou a quantia de R\$ 1,679 trilhão, o que indica um acréscimo real de 4,41% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo a Receita, tanto a arrecadação de julho quanto os sete meses acumulados representam recordes de valor em toda a série histórica.

De acordo com a Receita, o desempenho em ambos os períodos é um reflexo de alterações na legislação dos Juros sobre Capital Próprio do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF-Capital) e, ainda, pela calamidade ocorrida em maio de 2024 no Rio Grande do Sul, após as fortes chuvas que atingiram o estado na época. Ao desconsiderar pagamentos atípicos, a RFB explica

que haveria um crescimento real de 5,62% na arrecadação de janeiro a julho e de 4,87% somente no mês de julho.

Entre os destaques do resultado mensal da arrecadação, está o crescimento de 8,38% no desempenho da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (IRPJ/ CSLL), que somou R\$ 59,47 bilhões

em julho. No mesmo mês, a receita previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 58,27 bilhões, com um ganho real de 3,41% ante o mesmo mês do ano anterior. A Taxação das apostas on-line e loterias somou R\$ 928 milhões no mês.

Com alíquotas maiores em vigor ininterruptamente desde o mês passado, a arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi de R\$ 6,5 bilhões, alta de 13,05% em relação a 2024. O coordenador de Previsão e Análise da **Receita Federal**, Marcelo Go-mide, informou, no entanto, que a

mudança deve causar um impacto relevante apenas a

partir do resultado deste mês, que será anunciado apenas em setembro.

Durante a coletiva, ele explicou que, como o recolhimento do IOF é feito apenas a cada dez dias, até o terceiro dia útil do segundo decênio (período de 10 dias) do mês, o tempo em que vigorou as novas alíquotas foi bastante reduzido, o que não causou um impacto tão relevante na arrecadação federal neste período. A previsão do governo é de que a arrecadação renda R\$ 12 bilhões em 2025 e R\$ 31,2 bilhões em 2026.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/08/22/all.pdf>

Câmara aprova urgência para projeto Que isenta do IR quem ganha até R\$5 mil reais

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou ontem o requerimento de urgência do projeto de lei que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) a R\$5 mil, o que permite a tramitação mais célere do texto. O governo Lula (PT) vinha pressionando para que a proposta fosse levada à votação nesta semana e a expectativa dos governistas é a de que o mérito seja analisado no plenário já na semana que vem. Mesmo partidos de oposição, como PL e Novo, orientaram voto sim ao requerimento de urgência.

O relatório do projeto, elaborado pelo deputado federal Artur Lira (PP-AL), eleva a faixa de redução do IR para até R\$ 7.350. O texto enviado pelo governo previa uma espécie de transição entre a isenção total e R\$ 7.000. Lira retomou no texto o redutor de 34% na carga tributária para contribuintes de alta renda, como havia sido proposto pela equipe econômica. O texto de Lira, que já foi aprovado em comissão especial no mês passado, manteve a criação do imposto mínimo, que será cobrado de quem ganha a partir de R\$ 50 mil mensais (cerca de R\$ 600 mil anuais) e também a alíquota de 10% para quem ganha a partir de R\$ 1,2 milhão ao ano.

O projeto mantém a cobrança de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos acima de R\$ 50 mil mensais, que passarão a ter o tributo retido na fonte, e a tributação de 10% sobre esses rendimentos auferidos por estrangeiros ou remetidos ao exterior.

O ex-presidente da Câmara dos Deputados também retomou em seu relatório a possibilidade de os estrangeiros e não residentes acumularem crédito tributário sobre o Imposto de Renda retido na fonte sobre dividendos. Esses contribuintes terão um ano para pleitear esses créditos.

A alíquota é de 10%, a mesma que será recolhida sobre dividendos mensais acima de R\$ 50 mil. Lira também fixou no texto o dia 31 de dezembro de 2025 como a data limite para deliberação de pagamento de dividendos (para residentes ou não) que não estarão sujeitos à nova tributação, mesmo que o pagamento seja executado depois dessa data. O relator disse considerar que começar a cobrar o imposto de lucros registrados neste ano causaria insegurança jurídica. O dispositivo ainda precisará ser regulamentado, segundo o relator.

42 LOTE

A **Receita Federal** deverá abrir hoje consulta ao quarto e penúltimo lote de restituições do Imposto de Renda 2025. O dinheiro será pago na próxima sexta (29) na conta informada ao declarar ou por Pix, caso essa seja a opção do contribuinte e se a chave for o CPF. Entram no lote contribuintes que entregaram a declaração até o dia 15 de agosto, segundo a Receita. A consulta para saber se irá receber pode ser feita no site da Receita. É preciso informar CPF do contribuinte, data de nascimento e ano de exercício, que é 2025. Também é possível conferir se foi contemplado por meio do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da Receita), com senha do portal Gov.br nível prata ou ouro. A Receita disponibiliza, ainda, o aplicativo para tablets e celulares. No celular, o fisco costuma enviar um push informando ao contribuinte que a restituição foi liberada assim que a consulta é aberta.

O contador especialista em **tributos** André Cavalcanti, afirma que os contribuintes que ainda não receberam a restituição do Imposto de Renda 2025 precisam esperar o quarto e o quinto lote para entender se caíram ou não na malha fina, embora essa consulta possa ser feita imediatamente pelo eCAC (Centro de Atendimento Virtual da Receita).

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login>

Bolsonaro sob suspeita de lavagem de dinheiro

» VANILSON OLIVEIRA

A Polícia Federal identificou R\$ 30,57 milhões em créditos e R\$ 30,59 milhões em débitos nas contas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) entre março de 2023 e fevereiro de 2024, segundo relatório elaborado com base em informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O documento descreve um fluxo intenso de entradas via Pix, resgates de aplicações e transferências, além de saídas de alto valor para investimentos, honorários e despesas diversas - um padrão classificado pelos investigadores como atípico, com indícios de lavagem de dinheiro e outros ilícitos.

Nos 12 meses analisados, Bolsonaro recebeu R\$ 19,2 milhões provenientes de 1,2 milhão de transações via Pix. Em seguida, aparecem R\$ 8,7 milhões decorrentes de 52 resgates de CDB/RDB. O relatório registra, ainda, R\$ 1,3 milhão em três operações de câmbio, R\$ 373,3 mil em proventos, R\$ 304 mil distribuídos em 203 transferências, R\$ 166 mil oriundos de 12 resgates de aplicação e R\$ 99.687,49 de previdência privada, além de valores por DOC/TED, depósitos em cheque e depósitos on-line. O PL, partido ao qual Bolsonaro é filiado e do qual é presidente de honra, aparece como principal depositante institucional, com R\$ 291 mil.

Do lado das saídas, o relatório da PF aponta R\$ 18,3 milhões alocados em seis aplicações de CDB/ RDB e R\$ 7,5 milhões em quatro transferências DOC/TED. Constam também R\$ 1,5 milhão em 107 pagamentos de títulos/bole-tos, R\$ 1,1 milhão em 266 operações via Pix, R\$ 749 mil destinados à previdência privada, R\$ 198 mil em 97 saques, R\$ 52 mil em 20 pagamentos de **tributos**, R\$ 25 mil em três operações de câmbio, além de contas de energia (R\$ 13 mil) e telefone (R\$ 13 mil), entre outras despesas correntes.

Entre os principais beneficiários listados pela Polícia Federal, estão o advogado Paulo Cunha Bueno (R\$ 3,3 milhões), o escritório DB Tesser (R\$ 3,3 milhões), uma empresa de engenharia (R\$ 900 mil), um escritório de arquitetura (R\$ 235 mil) e uma loja de veículos (R\$ 130 mil). O documento também registra transferências a Michelle Bolsonaro e ao filho Jair Renan, vereador em Balneário Camboriú (SC).

A corporação agrega no relatório, ainda, extratos de

períodos subsequentes. Entre fevereiro e agosto de 2024, entraram R\$ 1.733.079,19 e saíram R\$ 1.345.311,79, incluindo repasses a advogados, a Fabio Wa-jngarten e aos filhos Carlos e Eduardo Bolsonaro. De agosto a dezembro de 2024, houve R\$ 872 mil em entradas e R\$ 1,2 milhão em saídas. Já de dezembro de 2024 a junho de 2025, o fluxo chegou a R\$ 11 milhões em créditos e R\$ 11 milhões em débitos - intervalo no qual a PF destaca oito transferências para Eduardo Bolsonaro (R\$ 2,1 milhões), além de R\$ 2 milhões para um advogado e R\$ 2 milhões para Michelle.

Moeda estrangeira

O relatório final da Polícia Federal também revelou um padrão de operações financeiras considerado atípico e suspeito envolvendo Bolsonaro, Michelle e Eduardo. As transações, segundo os investigadores, ocorreram entre janeiro e julho de 2025, e indicam uma estratégia deliberada de retirada de valores do sistema bancário formal, transferência a familiares e aquisição de moeda estrangeira.

Segundo o documento, em 13 de maio de 2025, Jair Bolsonaro transferiu R\$ 2 milhões via Pix para a conta de Eduardo Bolsonaro. O valor, segundo o ex-presidente, seria fruto de doações de apoiadores. Contudo, para a PF, tratou-se de uma transação "atípica" parte de um mecanismo de financiamento de atividades ilícitas no exterior com o objetivo de coagir autoridades ligadas à ação penal do golpe.

Antes dessa operação principal, Bolsonaro já havia realizado seis transferências fracionadas ao filho, totalizando R\$ 111 mil no primeiro semestre de 2025. O fracionamen-to, segundo os peritos, buscava evitar a detecção por mecanismos de controle bancário. A investigação também aponta que Jair Bolsona-ro adquiriu, entre janeiro e julho de 2025, R\$ 105,9 mil em moeda estrangeira, apesar da proibição de se ausentar do país desde fevereiro de 2024. Durante busca e apreensão na residência dele, em 18 de julho de 2025, os agentes encontraram US\$ 13.400 em espécie.

Segundo a PF, as compras foram feitas de maneira "reiterada e fra-cionada" com a intenção de escapar de alertas automáticos dos bancos e criar uma reserva financeira não rastreável para eventual evasão. Um

movimento considerado crucial, segundo o relatório, ocorreu em 4 de

junho de 2025, um dia antes do depoimento de Bolsonaro à PF no âmbito do inquérito. Na data, ele transferiu R\$ 2 milhões para a conta de Michelle - o mesmo valor enviado anteriormente a Eduardo.

O deputado, por sua vez, reproduziu o padrão em 19 de maio de 2025, repassando R\$ 50 mil à esposa, Heloísa Wolf Bolsonaro. Pouco depois, em 5 de junho de 2025, o parlamentar transferiu outros R\$ 150 mil para a conta da companheira, no mesmo dia em que o pai prestava depoimento à PF. Como Heloísa acompanhava Eduardo nos Estados Unidos, os investigadores classificaram a operação como uma manobra para "escamotear valores" e utilizar a conta da esposa como "conta de passagem" protegendo os recursos de possíveis bloqueios judiciais. Procurada, a defesa de Bolsonaro não se manifestou sobre o assunto.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/08/22/all.pdf>

Taxas já afetam preços nos EUA, afirma IIF

ISABELLA PUGLIESE VELLANI e ANDRÉ MARINHO

Em relatório publicado ontem, o Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês) afirma que as tarifas estão "claramente" alimentando a inflação americana, com os preços de importação e de produtores subindo à medida que os estoques de reserva se esgotam.

De acordo com a nota, também as restrições à imigração nos EUA estão apertando a oferta de mão de obra, o que reduz o ponto de equilíbrio da criação de empregos e distorce sinais.

Para o instituto, com as tarifas elevando os custos e as restrições à imigração apertando a oferta de mão de obra, a questão da política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) não é sobre se é hora de cortar os juros, mas sobre quando as reduções podem começar sem o Fed perder sua credibilidade.

"O Fed está limitado de cortar sem uma desinflação mais clara, mas enfrentando riscos crescentes de inflação impulsionada pela oferta", diz o texto, ao ressaltar que a questão-chave não é quando a inflação cairá, mas se ela subirá novamente antes que o crescimento desacelere de maneira firme.

O IIF ainda avalia que a demanda parece resiliente, embora sinais de estresse estejam surgindo entre as famílias de baixa renda. Ainda de acordo com o relatório, a manufatura e a construção privada estão enfraquecendo sob o peso das tarifas e das condições financeiras mais restritivas. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Servidor não perderá estabilidade, diz relator

I PEPITA ORTEGA/ BRASÍLIA

O relator da reforma administrativa na Câmara dos Deputados, Pedro Paulo (PSD-RJ), afirmou ao Estadão/Broadcast que, das 70 medidas sugeridas pelo grupo de trabalho (GT) sobre o assunto, somente cinco têm gerado maiores divergências, em especial com o governo federal. "Está tendo uma convergência, até com o PSOL e o PL. Tem pontos específicos em que não vão concordar, mas, aí, vai para o voto", disse o deputado, que está na fase de apresentação do texto às bancadas da Casa.

De acordo com Pedro Paulo, uma das principais polêmicas é o concurso estatutário por prazo determinado - assunto que chegou a ser debatido com a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck. Segundo o deputado, há quem alegue que a possibilidade "acaba com a estabilidade". Ele rechaça o argumento, invocando contratações públicas para funções que podem se tornar obsoletas em prazos de dez anos. "Não vai acabar com a estabilidade, vai garantir a estabilidade pelo reconhecimento, porque existem carreiras que são exclusivas para **servidores públicos**", disse.

Na quarta-feira, em jantar promovido pela Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo para discutir o tema, o parlamentar afirmou que, com as medidas que constam da proposta da reforma administrativa, a estabilidade do servidor não será afetada. "Mas vai atacar núcleos mais dogmáticos que acham que o vínculo estatutário é o vínculo único possível e permitido no serviço público - que é diferente do que nós pensamos.

Mas não necessariamente vamos atacar a estabilidade do servidor, romper direitos.

Porque, senão, a gente vai ter a interdição da reforma e não avançamos." Em sua exposição, Pedro Paulo classificou a reforma administrativa como "agenda do momento".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita arrecada R\$ 254 bi, alta de 4,57% em 12 meses

GIORDANNA NEVES FLÁVIA SAID BRASÍLIA

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 254,221 bilhões em julho, alta real (descontada a **inflação**) de 4,57% na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando o recolhimento de **tributos** somou R\$ 231,044 bilhões, em valores corrigidos pela **inflação**.

Em relação a junho deste ano (R\$ 234,594 bilhões), a arrecadação subiu 8,09%, em termos reais.

O resultado das receitas de julho, divulgado ontem, veio um pouco acima da mediana das estimativas das instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast, que era de R\$ 252,50 bilhões. O intervalo das projeções variava de R\$ 232 bilhões a R\$ 271,035 bilhões.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, disse em entrevista coletiva que os **tributos** sobre o consumo e sobre a renda têm sido fatores determinantes no desempenho da arrecadação. "Todos eles acompanham o desempenho da atividade econômica", afirmou.

"A nossa economia está demonstrando sinais de bastante resiliência e tração neste início de segundo semestre.

Então, isso está refletindo agora no resultado da arrecadação." A arrecadação veio ligeiramente acima da expectativa de R\$ 253,1 bilhões da Tendências Consultoria. O analista para a área fiscal da consultoria, João Leme, mencionou como razões o câmbio apreciado, o aumento da massa de renda das famílias e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

"A valorização real do salário mínimo aumenta a arrecadação em várias frentes: com mais dinheiro, aumenta o Imposto de Renda em termos reais, contribui para o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), e as famílias podem até consumir mais", afirma.

Leme aponta ainda que o Imposto de Importação tem tido avanço significativo desde o segundo semestre de 2024, e que o aumento das exportações também tem contribuído.

Em julho, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi destaque negativo, com contração real decorrente do processo de desaceleração da indústria. Ainda assim, o analista crava que não deve ser algo significativo para o restante do ano, de modo que a projeção para o fim de 2025 está em R\$ 2,89 trilhões, avanço de 3,4% ante 2024, com destaque para expectativa de **impostos** administrados e crescimento de receita previdenciária.

IR. O Fisco deu destaque à elevação da arrecadação do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) em razão, especialmente, do comportamento dos recolhimentos das cotas de declaração.

Além disso, a Receita destacou o crescimento da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) em razão do crescimento real de 15,60% dos recolhimentos da estimativa mensal.

ACUMULADO DO ANO. Nos sete primeiros meses de 2025, a arrecadação federal somou R\$ 1,679 trilhão. O montante representa aumento real de 4,41% na comparação com o mesmo período de 2024, quando somou R\$ 1,529 trilhão, a preços correntes.

A arrecadação com Imposto sobre Operações Financeiras em julho foi de R\$ 6,554 bilhões, crescimento real de 13,05% ante o mesmo mês de 2024. De janeiro a julho, foram arrecadados R\$ 43,517 bilhões com IOF, alta real de 9,42% em relação a igual período do ano passado. |

**

Em 1 ano, receita com bets vai de R\$ 8 milhões para R\$ 928 milhões

De janeiro a julho, a arrecadação com atividades e exploração de jogos de azar e apostas somou R\$ 4,7 bilhões, segundo a **Receita Federal**, dos quais R\$ 2,1 bilhões foram via loterias e o restante, com **impostos** e contribuições.

Em julho, foram arrecadados R\$ 928 milhões com jogos de azar e apostas, ante R\$ 8 milhões no mesmo mês de 2024.

A arrecadação obtida com as apostas está vinculada à alíquota de 12% aplicada sobre a receita bruta dos jogos. A medida provisória (MP) que substitui parte do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) aumenta essa alíquota para 18%. I F.S. e G.N./BRASÍLIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Associações americanas defendem o Brasil nos EUA

Depois de associações brasileiras manifestarem apoio ao Brasil na resposta ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), que investiga o Brasil por supostas práticas desleais, entidades americanas que dependem de produtos brasileiros também municiaram o órgão com informações sobre importações de bens produzidos aqui.

A Associação Nacional do Café (NCA, na sigla em inglês), que representa mais de

200 importadores, exportadores, torrefadores e varejistas americano, pediu que o governo remova o café brasileiro do tarifaço de 50% imposto por Trump. A organização argumenta que não há alternativas domésticas para substituir os grãos produzidos pelo Brasil, que respondem por cerca de 40% do café verde consumido nos EUA, e que as medidas colocam em risco quase 2,2 milhões de empregos no país. Além disso, o setor contribui com US\$ 343 bilhões para o país por meio de investimento, distribuição, varejo e atividades de marketing.

"Os EUA não conseguem

produzir café, exceto pequenas quantidades no Havaí e em Porto Rico. Mais de 99% do café consumido são importados, seja em grão verde, torrado, solúvel ou descafeinado" citou a associação.

A NCA argumentou que qualquer interrupção nas importações coloca em risco o setor, que pode "desviar riquezas" para países como a China, que "já expande suas indústrias de café".

Já o Conselho de Importação de Carne da América (Mica, na sigla em inglês) destaca o papel primordial da carne bovina brasileira no mercado americano. Apesar

de ainda ser um dos maiores produtores e exportadores, os EUA enfrentam déficit estrutural de cortes magros, essenciais para a produção de carne moída, matéria-prima dos cerca de 50 bilhões de hambúrgueres consumidos anualmente nos EUA. A Mica argumenta que as tarifas vão pressionar a **inflação**, porque a carne importada

"estabiliza preços, agrega valor à pecuária nacional e

apoia a indústria".

Sobre as acusações de des-matamento ilegal, a Associação Internacional de Produtos de Madeira, que representa a indústria americana do setor, pede ao governo Trump uma "solução negociada", destacando que o Brasil tem regulações sérias sobre uso da

terra, manejo florestal sustentável e várias ações que "resultaram em queda de 32,4% no desmatamento em 2024". O documento destaca que o Brasil tem uma das estruturas de rastreabilidade e fiscalização "mais avançadas do mundo, que dão confiança às empresas americanas que compram madeira brasileira".

EMPRESAS TAMBÉM APELAM

Companhias como a Schott Pharma, que fabrica embalagens de medicamentos com vidro importado do Brasil, pedem isenções para o produto, "sob risco de aumento dos custos de saúde nos EUA".

A Darling Ingredients, que usa subprodutos de origem animal para produzir gelatina farmacêutica e colágeno, argumenta que "o Brasil é um dos poucos países capazes de fornecer matérias-primas como sebo e correlatos na qualidade e no volume necessários".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BNDES fecha 1º semestre com lucro de R\$ 13,3 bilhões

Paula Martini e Victoria Netto Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fechou o segundo trimestre do ano com um lucro líquido de R\$ 7,7 bilhões, queda de 3,75% em relação aos R\$ 8 bilhões do mesmo período do ano passado. A queda é explicada por menores dividendos recebidos da Petrobras, disse o diretor financeiro do banco, Alexandre Abreu. Já o lucro recorrente do período, que exclui fatores extraordinários como venda de ações de recebimento de dividendos, ficou em R\$ 4,6 bilhões, alta de 2,2% sobre igual período de 2024.

No acumulado do primeiro semestre de 2025, o BNDES lucrou R\$ 13,3 bilhões, número praticamente igual aos primeiros seis meses de 2024. Abreu disse que o banco dá ênfase ao número semestral, que reflete um cenário de estabilidade.

Na apresentação de resultados, Abreu explicou que os efeitos não recorrentes sobre lucro líquido incluem principalmente receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$ 3,4 bilhões vindos de Petrobras e JBS.

De janeiro a junho deste ano, o lucro recorrente do banco de fomento somou R\$ 7,3 bilhões, o que representa uma expansão de 2% em relação ao primeiro semestre de 2024. "É o segundo banco mais lucrativo do Brasil", disse Abreu.

Abreu disse que o banco obteve R\$ 901 milhões em operações envolvendo ações da JBS no segundo trimestre de 2025. Do total, R\$ 267 milhões foram com a venda de papéis da companhia e R\$ 634 milhões com a dupla listagem no Brasil e nos Estados Unidos. Em meados de junho, as ações da companhia passaram a ser negociadas na bolsa de Nova York.

A BNDESPar, braço de participação do BNDES, reduziu a posição acionária na JBS de 20,81% para 18,18%, entre 23 de abril e 21 de maio. A operação envolveu 58,3 milhões de papéis e representou o primeiro grande movimento de venda de ações da atual gestão.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, ressaltou que a venda de posições na carteira de renda variável faz parte da estratégia do banco de

focarem descarbonização e inovação via compra de ações e participação em fundos.

A carteira de participações societárias do banco somou R\$ 80,3 bilhões em 30 de junho, queda de 2,1% em relação ao fim de 2024. O resultado foi impactado pela desvalorização de investimentos em empresas e alienações de ações. No portfólio do banco, as principais empresas investidas ainda são Petrobras, JBS, Eletrobras e Copei.

No primeiro semestre, a injeção de crédito na economia foi de R\$ 129,6 bilhões, alta de 56% em relação ao mesmo período de 2024. Deste valor, R\$ 72,8 bilhões foram crédito e R\$ 56,8 bilhões, garantias.

Os desembolsos cresceram 11% em relação ao primeiro semestre de 2024, para R\$ 54,6 bilhões. Os desembolsos estão em 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB). A diretoria já havia revisado a meta de aumentasse patamar a 2% do PIB até 2026. Já as aprovações ficaram em 1,8% do PIB.

"O tempo do desembolso é mais lento do que o tempo de aprovação e essas duas curvas tendem a se encontrar no horizonte", disse Mercadante. A expectativa é que, em até quatro anos, o banco desembolse as operações aprovadas em 2025.

Já as aprovações cresceram 9% no 1- semestre de 2025 em comparação ao mesmo período de 2024, c somaram R\$ 72,8 bilhões. As aprovações de crédito para a indústria subiram 24%, para R\$ 18,1 bilhões, sendo seguidas por agropecuária, com alta de 20%, para R\$ 17 bilhões. O setor de comércio e serviços somou R\$ 13,5 bilhões, alta de 18%, enquanto infraestrutura viu cair as aprovações em 8%.

O índice de Basileia, que mede a solidez bancária, fechou o primeiro semestre em 25,5%, queda de 5,7 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano passado. O Banco Central estabelece que o índice seja, pelo menos, de 10,5%.

"O tempo do desembolso é mais lento do que o tempo de aprovação" Aloizio Mercadante

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250822>

Mercadante promete "surpresa" em financiamento

Paula Martini e Victoria Netto

Sem dar detalhes sobre as taxas de juros e condições do crédito de R\$ 30 bilhões para exportadores afetados pelo tarifaço dos Estados Unidos contra produtos brasileiros, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, prometeu ontem "surpresas importantes" e "inovações" na linha de financiamento.

Na apresentação dos resultados do banco de fomento no primeiro semestre de 2025, nesta quinta-feira (21), Mercadante também adiantou que a instituição terá medidas próprias e irá além do pacote apresentado pelo governo federal na semana passada.

"Vamos ter surpresas importantes e inovações nessa linha. Temos boas novidades sobre isso. Inclusive que o BNDES vai ter novidades próprias. Nós iremos além do que está proposto pelo governo."

O crédito de R\$ 30 bilhões com recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) é a espinha dorsal do plano Brasil Soberano, conjunto de medidas para enfrentar as tarifas de 50% impostas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, a uma série de produtos brasileiros. O BNDES já administra o FGE e será o principal operador da linha, junto com o Banco do Brasil.

O presidente do BNDES explicou que as taxas serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e anunciadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em breve. A expectativa é que isso aconteça na semana que vem. De acordo com Mercadante, o plano de socorro está bem encaminhado: "Estamos em processo maduro para ser anunciado".

Ele também pontuou que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) e a **Receita Federal** ficarão responsáveis por fornecer informações sobre os exportadores e definir quem terá acesso ao crédito.

"Não é nosso papel definir as empresas. Eles [Mdic e Receita] vão levantar quanto cada empresa exportava e qual foi o impacto efetivo. É a partir dessa informação que o BNDES entra, agiliza a operação de crédito e atende as demandas."

Mercadante comparou o pacote de contingência para enfrentar o tarifaço com as medidas de apoio às empresas do Rio Grande do Sul na reconstrução após as enchentes de maio de 2024. Na ocasião, o BNDES suspendeu pagamentos de empréstimos por 12 meses e ofereceu linhas com taxas de juros de 1% a 4% ao ano, mais spread bancário, aos empresários afetados.

Mercadante não comentou se as condições para o tarifaço serão semelhantes, mas prometeu agilidade na liberação dos recursos. "Assim que o presidente Lula bater o martelo, o BNDES está pronto para fazer da forma mais rápida e eficiente, a exemplo do que fizemos no Rio Grande do Sul, quando aumentamos em seis vezes a velocidade de aprovação do crédito."

Segundo Mercadante, o plano Brasil Soberano também deve representar um aumento "muito expressivo" da demanda por crédito, uma vez que o BNDES vai "coordenar" a ação. No primeiro semestre de 2025, o banco de fomento desembolsou R\$ 54,6 bilhões.

O diretor financeiro, Alexandre Abreu, afirmou que os desembolsos podem superar R\$ 100 bilhões até dezembro. "Tem um fator importante que é o Brasil Soberano. Ano passado, por exemplo, o desembolso foi muito afetado pelo Rio Grande do Sul. É muito provável que a gente tenha [no segundo semestre] desembolsos superiores aos do primeiro semestre", disse.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188305?page=1§ion=1>

Comitê Gestor busca mais recursos para implementar o sistema do IBS

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon

De Brasília

O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) vai receber em setembro a primeira parcela do repasse previsto pela União para os trabalhos de implementação do futuro imposto de competência dos Estados e municípios. Serão quatro repasses mensais de R\$ 50 milhões, em um total de R\$ 200 milhões para o sistema, que deve estar rodando até janeiro de 2026, quando começa a fase de testes da **reforma tributária**.

O valor total previsto para este ano, de acordo com a Lei Complementar nº 214 - a primeira que regulamentou a **reforma tributária** do consumo -, era maior, de R\$ 600 milhões, em 12 parcelas mensais de R\$ 50 milhões. Porém, como atrasou a eleição para a presidência do Comitê Gestor devido uma divergência entre os municípios sobre a indicação de membros para o colegiado, o repasse foi reduzido para R\$ 200 milhões.

O órgão, porém, irá pedir ao Ministério da Fazenda que considere depositar os R\$400 milhões que não puderam ser recebidos até o momento. Esse dinheiro será fundamental, segundo o presidente do Comitê Gestor, Flávio César Mendes de Oliveira, para o desenvolvimento do sistema do IBS, que ficará responsável pela apuração e distribuição da arrecadação do tributo aos Estados e municípios e estará integrado ao da **Receita Federal**.

"Estamos dando um passo de cada vez e tentando minimizar os impactos e prejuízos da melhor forma possível", afirmou o presidente, eleito em 1º de agosto, em referência ao atraso devido à divergência entre as entidades que representam os municípios. As prefeituras também têm assento no Comitê Gestor do IBS, mas eles divergem sobre as indicações para o Conselho Superior. Por isso, o colegiado foi instalado somente com a presença dos Estados, após uma série de consultas jurídicas.

Oliveira, que é também presidente do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) e secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, destacou que tudo vem sendo feito "com total transparência" e **comunicado** à Confederação

Nacional dos Municípios (CNM) e Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que ainda tentam chegar a um acordo sobre as indicações.

No início de janeiro, quando foi sancionada a lei complementar, já foi criado um "Pré-Comitê Gestor", reunindo Comsefaz, FNP e CNM, dividido em sete grupos de trabalho, para que não houvesse atrasos nos trabalhos de regulamentação do IBS. "São mais ou menos dois mil técnicos, envolvendo Estados e municípios, que estão trabalhando nesses últimos meses intensamente", disse o presidente do Comitê Gestor.

No "Pré-Comitê", começou o desenvolvimento dos primeiros sistemas, com o apoio individual de alguns Estados, mas o processo precisa ser finalizado e integrado à **Receita Federal**. Por isso, segundo Oliveira, o mais urgente é terminar até o fim de ano o sistema de apuração e distribuição entre os entes, uma particularidade do IBS em relação à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o tributo que será de competência exclusiva federal.

Apesar do prazo curto, o presidente afirmou que não existem planos de adiar a fase de testes da **reforma tributária** do consumo, prevista para iniciar em janeiro de 2026. Os aportes da União que começarão em setembro, disse, serão fundamentais para esse processo.

O recebimento desses recursos só será possível porque, neste mês, o órgão ganhou um CNPJ e está em tratativa final para abrir uma conta no Banco do Brasil para receber os repasses. Para 2026, está previsto aporte de R\$ 1,2 bilhão da União no Comitê Gestor e, para 2027, de R\$ 1,8 bilhão.

Outro ponto que precisa ser finalizado em 2025, o regulamento da CBS e do IBS, está dentro da previsão de ser concluído até o fim do ano, segundo Oliveira. "Mesmo não tendo a indicação ainda dos representantes dos municípios, nós não vamos tomar nenhuma decisão e nenhuma deliberação dentro do Comitê Gestor sem a anuência dos municípios." A CNM pediu para sair do Pré-Comitê, mas os técnicos seguem como ouvintes nos grupos, de acordo com Oliveira, o que permite os andamentos para definir o regulamento dos futuros **tributos**. Esse trabalho é feito em conjunto com o Ministério da Fazenda.

Apesar de a fase de transição da **reforma tributária** coincidir com ano de eleições gerais, Oliveira disse acreditar que não haverá maiores complicações. "Vai ser uma transição teste justamente para começar a entender essa complexidade toda e ir ajustando os pontos." Em paralelo, o presidente do Comsefaz vem tentando se reunir com o senador Eduardo Braga (MDB-AL), relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, o segundo que trata da regulamentação da **reforma tributária**. Esse texto aborda questões mais administrativas em relação aos novos **tributos** e também ao próprio Comitê Gestor do IBS.

Um ponto fundamental para Estados e municípios é incluir no PLP um item para derrubar a aplicação da regra do voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** às esferas administrativas em geral. Essa regra exclui a cobrança de juros e multa em casos de decisão por empate nos recursos contra a Fazenda nacional. Mas, na visão dos entes subnacionais, isso incentiva a litigância excessiva e reduz a arrecadação municipal e a estadual.

Embora existam divergências e pontos de atenção que já foram encaminhados ao relator, o secretário acredita que o PLP 108 será aprovado de uma forma mais tranquila do que a regulamentação anterior. Atualmente, o texto tramita no Senado.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Do caos aberto ao sistema fechado: a lógica do novo IVA (Artigo)

Daniel Loria

Opinião Jurídica Um sistema fechado é como um circuito elétrico. Só funciona se todas as conexões estiverem ativas, sem falhas ou interrupções. Essa é a lógica que inspira a reforma tributária brasileira.

O IVA nasce para ser um sistema fechado, em que cada débito gera crédito na etapa seguinte, com lastro financeiro e sem espaço para fraude ou inadimplência. Isso vale para toda a cadeia de produção, nas operações entre empresas no regime regular (B2B).

Em comparação, o atual sistema de tributação no Brasil é aberto, no pior sentido. Estamos sujeitos a inconsistências, incertezas e manipulações.

Hoje, não há coerência entre débitos e créditos. No PIS e Cofins, há situações em que o fornecedor paga 3,65% e o adquirente se credita a 9,25%, e outras em que o fornecedor paga 9,25% e o adquirente não se credita. Na aquisição de serviços, o custo de até 5% de ISS não é recuperado. O ICMS pago em um Estado é difícil de ser aproveitado no seguinte.

Agora mesmo, estamos acompanhando a investigação de um suposto caso de corrupção bilionária em São Paulo, com acusação de pagamento de propina para liberação de créditos de ICMS. É um escândalo, tanto pelo ato investigado, quanto pela ótica de que as empresas não deveriam estar sujeitas a obstáculos para recuperar seus créditos.

A reforma tributária fecha esse circuito com cinco pilares fundamentais.

O primeiro é a base ampla. Todas as vendas ficam sujeitas à incidência do IVA (débitos) e todos os **tributos** pagos nas compras podem ser recuperados (créditos). A exceção são bens e serviços consumidos por pessoas físicas, que devem mesmo estar sujeitos à tributação definitiva.

O segundo é a vinculação nota a nota. O débito é controlado por nota de saída e, o crédito, registrado por nota de entrada. O sistema de apuração fornecerá as informações ao contribuinte em tempo real, com acesso on-line. Não há mais pagamento sem identificação.

Terceiro, o valor do crédito é equivalente ao do débito. O fornecedor pagou R\$ 26 de imposto? Crédito de R\$ 26. Pagou R\$ 11? Crédito de R\$11. Pagou zero? Crédito zero. Neutralidade tributária. O empresário poderá se organizar como preferir, internalizando ou terceirizando atividades, com o mesmo efeito tributário final.

O quarto pilar é o crédito financeiro. A apropriação do crédito ocorre na data em que o débito é pago. Todo crédito tem lastro em um débito quitado. Isso evita fraudes, como a geração de créditos a partir de notas frias, sem recolhimento correspondente, e reduz a inadimplência tributária nas operações entre empresas.

Quinto, o split payment. O adquirente poderá recolher diretamente aos cofres públicos o tributo devido pelo fornecedor, de forma automática (via prestadores de serviços de pagamento, como emissores de boletos) ou manual (guia avulsa). O mecanismo funciona como garantia: se o fornecedor não quitar o tributo até o vencimento, o valor será destacado do pagamento e direcionado ao governo, assegurando o crédito do comprador.

Esse sistema possibilita à **Receita Federal** e ao Comitê Gestor do IBS colocarem em prática os objetivos da reforma, como o creditamento integral nas compras e a devolução rápida de eventuais sobras de créditos, após a compensação de débitos. Exportadores, cujas vendas não serão tributadas, recuperarão todo o custo fiscal embutido nos seus insumos, o que hoje não ocorre. O mesmo valerá para empresas em fase pré-operacional, que reduzirão o seu custo tributário e liberarão mais recursos para investimentos.

Os litígios serão reduzidos. A glosa de créditos pelo Fisco se tornará desnecessária, já que todo crédito terá lastro em débito pago. Sobrarão apenas as conhecidas exceções relativas a bens e serviços consumidos por pessoas físicas.

Do lado das empresas, o novo sistema exigirá mudanças de comportamento.

As grandes já começam a educar seus fornecedores sobre a importância de emissão de nota fiscal e pagamento em dia dos **tributos**. No B2B, a tendência

é o cliente exigir meio de pagamento com split para se proteger do risco de atraso ou inadimplência tributária do fornecedor e manter o direito ao crédito na aquisição.

O fluxo de caixa das vendas pode ser impactado, mas apenas se o prazo médio de recebimento dos clientes for mais curto do que o vencimento dos **tributos**. Do lado das compras, o crédito será apropriado no dia da extinção do débito tributário pelo fornecedor, no mês da venda ou no mês seguinte. Não precisa esperar o pagamento das parcelas de compras a prazo.

No fluxo de caixa, vale calcular também o efeito do fim do PIS e Cofins sobre receitas financeiras e o crédito inedito do IVA sobre despesas financeiras com empréstimos e financiamentos bancários.

O IVA brasileiro, bem implementado, será um verdadeiro sistema fechado: coeso, previsível e protegido das manipulações do passado. Mais do que simplificação, é uma mudança de paradigma. Pela primeira vez, nosso sistema tributário funcionará como um circuito completo, sem vazamentos. O único cuidado é não travar demais a ponto de permitir divergências legítimas de interpretação entre Fisco e contribuinte.

O interesse de todos deve se alinhar nesse sentido. Como a reforma manterá a carga tributária estável, a cada R\$ 1 que um mau pagador paga, será R\$ 1 a menos cobrado dos bons pagadores. O resultado será uma alíquota de referência mais baixa.

Bom para o ambiente de negócios, bom para o país.

Daniel Loria é sócio do Loria Advogados e ex-diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda. Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Receita quer aproveitar documentos atuais de serviços financeiros na reforma tributária (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

A **Receita Federal** discute junto a estados e municípios a possibilidade de aproveitar as declarações entregues atualmente por empresas do setor de serviços financeiros para prestar informações relativas à **reforma tributária**. Para isso, será necessário adaptar esses documentos aos novos **tributos**.

Em entrevista à Folha, Marcos Hübner Flores, auditor responsável pela parte operacional da reforma dentro da Receita, afirma que a questão também está em discussão com entidades do setor privado e que "o martelo não está batido".

A ideia é que a Dere (Declaração Eletrônica para Regimes Específicos) seja uma evolução da atual Desif (Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras), no caso dos contribuintes que já emitem esse documento.

A reforma traz uma lista de quase 30 serviços financeiros que serão tributados por meio de um regime específico. Entre eles, estão bancos, corretoras, instituições de pagamento e seguradoras.

Flores afirma que ainda não há um cronograma para definição dessas obrigações, questão que preocupa as empresas, que precisam se adaptar às novas regras até dezembro deste ano. Ele diz que o próximo ano será um teste para o novo sistema e que a Receita vai trabalhar para ajudar o contribuinte a se adaptar, não para puni-lo -a legislação diz que será dispensado do recolhimento dos novos **tributos** quem cumprir as obrigações acessórias.

Leia trechos da entrevista.

SETOR FINANCEIRO

Primeiro ponto, estamos evoluindo o que já existe, a Desif (Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras), que os municípios exigem e já tinha até um certo padrão nacional, para que ela se torne completamente padronizada e mais ampla. Uma única declaração vai servir não só para todos os

municípios, mas para o Comitê Gestor e para a Receita. Todos os prestadores de serviços financeiros fariam a declaração através dela. Grande vantagem para as instituições financeiras: em vez de fazer uma declaração para cada município em que atua, ela faz uma única. Vai ficar muito mais fácil para os bancos.

Segundo, só usa a declaração quando não é possível o documento fiscal. Vamos usar essa declaração quando a CBS e o IBS incidem sobre a margem, e não sobre o todo. Quando contratamos um serviço de contabilidade, [a tributação] é sobre o todo do valor de serviço. Quando vou contratar um empréstimo, só a margem é tributável. A conta é um pouquinho mais complicada, tem que tirar PDD [Provisão para Devedores Duvidosos], tirar algumas comissões, fica um pouco menor ainda. Aí entram serviços financeiros, seguros, planos de saúde, concursos de prognóstico. Por que a declaração? Para conseguir chegar na margem.

Para o consórcio, é nota fiscal. Para Bolsa de Valores não precisa da declaração, pode ser nota. Algumas operações como tarifas e comissões continuam com o documento fiscal, não vai precisar da declaração.

Terceiro, vamos criar módulos, um para a instituição financeira, outro para a empresa de seguro, outro para plano de saúde, para que o contribuinte não tenha que preencher um monte de coisa que ele não usa. Ele vai preencher só aquilo que interessa a ele.

Tem uma parte ligada à contabilidade, da apuração da margem, e aí a gente vai usar provavelmente as declarações que já existem: ECF, Escrituração Contábil Fiscal, ECD, Escrituração Contábil Digital, a primeira para fins tributários, a segunda para fins comerciais. Existe o Cosif, que é um padrão do Banco Central, existe um padrão da ANS para planos de saúde, existe um padrão da Susep para os seguros, e o pessoal já transmite documentos eletrônicos.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Se eu fosse deixar uma mensagem curta: nós [Receita], juntos com o Comitê Gestor [de estados e municípios], temos a intenção de evoluir a Desif, que já existe, não criar uma declaração nova; só se usa declaração quando o tributo é calculado pela margem, pelo spread, e aí não cabe documento fiscal; utilizar as declarações, os balanços e planos de conta eletrônicos que já existem, para tornar mais fácil a vida do contribuinte; e ainda será necessário desenvolver o módulo que identifique operação por operação.

O objetivo é esse. Se já tem plano de conta, já tem obrigação, vamos usar isso, não vamos complicar a vida do contribuinte. Não está fechado, mas a intenção é criar o mínimo de novas obrigações.

SETOR IMOBILIÁRIO

Ainda estamos discutindo. Para compra e venda, parece que a nota de mercadoria se adequa bem. Para locação, a de serviço se adequa bem. Não estamos dizendo que é um serviço, mas que o instrumento se adequa. A incorporação imobiliária pode ser um pouco mais delicada, e ainda estamos discutindo a melhor forma. Nada disso está fechado, mas já conseguimos enxergar os caminhos mais razoáveis.

OUTROS SERVIÇOS

Alguns serviços que hoje não emitem documento fiscal também vão para Dere (Declaração Eletrônica para Regimes Específicos), como alguns serviços financeiros e locação. O pedágio deve ser uma nota fiscal de serviço bastante simplificada, atendendo à necessidade de velocidade para manter o fluxo [de veículos]. Não dá para aguardar cinco segundos para autorizar o documento fiscal, a fila pode ficar quilométrica. Tudo aquilo que está dentro do CBS, por exemplo, direitos, royalties, bens imateriais, vai ter um documento fiscal específico.

Mas não tem nada definido. A Receita está trabalhando junto com o pré-Comitê Gestor. O que tem é a intenção de utilizar planos de contas e declarações eletrônicas que ele [contribuinte] já transmite. Esse caminho faz muito sentido, mas não tem martelo batido.

CRONOGRAMA DA NOTA FISCAL

O Serpro [Serviço Federal de Processamento de Dados] desenvolve a Nota Fiscal de Serviço eletrônica nacional conforme a regulamentação do Comitê Gestor da NFS-e, que tem representantes da Receita e dos municípios. Essa solução é recomendada pelas entidades que representam os municípios [FNP e CNM].

Neste momento, estamos homologando algumas evoluções do módulo de administração nacional [que permite ao contribuinte realizar a apuração consolidada dos **tributos** federais e municipais envolvidos na prestação de serviços]. Não consigo precisar exatamente quando, mas devemos implantar isso em breve.

Além disso, junto com os municípios, estamos fazendo o planejamento das ações que vamos desenvolver até dezembro.

Há algumas semanas, saiu uma nota técnica especificando os campos de CBS e IBS, mas o sistema precisa evoluir para emitir dentro desse padrão. O momento agora é de reorientar, fechar, homologar e implantar o módulo de administração nacional, para que em dezembro já seja possível emitir o documento fiscal com CBS, IBS e tudo que é necessário.

MUNICÍPIOS

Para o município que não tem nota fiscal com emissor próprio, o mais fácil é aderir ao padrão nacional. Ele vai conseguir essas orientações no site do Comitê Gestor da Nota Fiscal de Serviços. A adesão é muito simples. Toda a parte da emissão, do modo de apuração, está sendo custeada pela Receita neste momento. Se já tem emissor, avalia se migra agora ou migra depois [2033]. Se migrar depois, pode usar o emissor dele [até 2032] e transmitir imediatamente para o repositório nacional, com os campos padronizados.

ADAPTAÇÃO

Em 2026 vamos calcular a alíquota de referência. Quanto mais documentos fiscais, mais preciso vai ser o cálculo, e até mais baixa a alíquota. Da parte da Receita, não existe nenhuma intenção em autuar. Queremos ajudar o contribuinte a emitir os documentos fiscais para poder calcular corretamente a alíquota para 2027, testar os sistemas da Receita, e o contribuinte testar os sistemas dele. Esse é o objetivo. Estamos trabalhando com transparência, cooperação, vamos ajudar o contribuinte a fazer isso. Não precisa ir para o foco da punição, vamos com foco na cooperação.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Receita quer aproveitar documentos atuais de serviços financeiros na [reforma tributária](#) ([Reforma tributária](#))

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/08/receita-quer-aproveitar-documentos-atuais->

de-servicos-financeiros-na-reforma-tributaria.shtml

Dívida pública sem perspectiva de controle no curto prazo piora cenário

LUIZ GUILHERME GERBELLI

A economia brasileira tem lidado com um cenário de bastante incerteza nas contas públicas nos últimos anos. A dívida do País é alta para uma economia emergente, o que amplia a percepção de risco dos investidores com o Brasil e faz com que eles exijam um retorno maior para trazer seus recursos para o País. E pior: no curto prazo não há uma expectativa de que esse endividamento será estancado.

A falta de coordenação entre política fiscal e monetária começou a ficar evidente no período de transição, quando o governo Lula conseguiu a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que ampliou os gastos em quase R\$ 200 bilhões para permitir, entre outras medidas, o pagamento individual de R\$ 600 para o Bolsa Família.

Já com o governo empossado, os gastos obrigatórios passaram a crescer de forma acelerada, como é o caso dos atrelados à Previdência e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Expansionista, portanto, a política fiscal acaba aquecendo a economia, o que faz com que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se mantenha, persistentemente, acima da meta de **inflação**.

Do outro lado, o Banco Central precisa apertar a política monetária, ou seja, aumentar a Selic, para tentar desaquecer a atividade econômica e trazer os preços para baixo.

"O grande problema é a questão da insustentabilidade da dívida pública", afirma Solange Srouf, diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management.

"O mercado não acredita e não vê, de fato, reformas importantes nos gastos obrigatórios e a geração de (resultados) primários, que sustentem a dívida num patamar mais estável." A equipe econômica promete entregar um resultado primário zero neste ano e um superávit - o resultado positivo entre receitas e despesas, sem contar o gasto com juros - de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026. "Houve alguma esperança com o teto de gastos, com a reforma trabalhista e com a mudança da TJLP (Taxa de Juros

de Longo Prazo) para a TLP (Taxa de Longo Prazo). Isso levou o juro real para baixo", diz Solange.

Hoje, o elevado patamar do juro real fica evidente quando se faz uma comparação com o histórico dos últimos anos.

Desde dezembro de 2001, a média é de 6,8%.

ALÉM DA DÍVIDA. Há ainda outros fatores que ajudam a explicar o juro real elevado do Brasil, além da tendência do crescimento da dívida. O País adota uma política de crédito subsidiado direcionado, o que obriga o juro real de equilíbrio a ser maior para o resto da economia.

Além disso, o Brasil ainda lida com uma intervenção estatal, que nem sempre resulta numa alocação eficiente de recursos.

Os analistas também apontam uma grande insegurança jurídica e tributária.

"Apesar de o País ter aprovado a **reforma tributária**, temos mudanças constantes, embasadas por decisões do STF, nas regras tributárias, que muitas vezes acabam até mudando o passado", diz Solange. "É muito difícil ter um prêmio de risco baixo num país onde há essa insegurança toda." **INVESTIMENTOS.** Nos últimos anos, o desempenho da economia brasileira tem surpreendido.

Desde 2021, após superada a fase mais aguda da pandemia de covid, o **PIB** tem crescido acima das projeções dos analistas.

"É uma economia que aprendeu a conviver com esse juro alto, por incrível que pareça", afirma Luciano Sobral, economista- chefe da Neo Investimentos.

Segundo analistas, os bons números de crescimento indicam que a economia brasileira é resiliente e colhe o fruto de algumas reformas dos últimos anos, como a trabalhista, e criação de marcos, como o do saneamento. No primeiro trimestre deste ano, por exemplo, a taxa de investimento foi de 17,8% do **PIB**. No início da década de 2010, superava o patamar de 20%. "Uma economia com menos investimento acaba gerando menos **PIB** potencial", afirma Solange. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INSS suspende contrato com a Crefisa por queixa de aposentados

CARLOS EDUARDO VALIM

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) determinou ontem a suspensão cautelar do contrato de prestação de serviços bancários com a Crefisa. De acordo com despacho assinado pelo presidente do **INSS**, Gilberto Waller Junior, publicado no Diário Oficial da União (DOU), "os efeitos da decisão se aplicam aos pagamentos" de novas concessões de benefícios.

Segundo o instituto, a medida é necessária para "cessar as irregularidades", até a conclusão das apurações".

Procurada, a Crefisa informou ter recebido com surpresa as informações, "uma vez que não foi formalmente comunicada por parte do **INSS** até o momento sobre qualquer medida nesse sentido". "O Banco Crefisa vem prestando regularmente o serviço de pagamento de benefícios desde 2020, sem qualquer interrupção, não havendo reclamação de qualquer beneficiário de que tenha deixado de receber seu benefício, dentre os mais de 1 milhão de beneficiários atendidos em todo o território nacional", disse a Crefisa, em nota.

Advogados e entidades de defesa do consumidor, no entanto, vinham acumulando reclamações por problemas na prestação de serviços da Crefisa, apurou o Estadão/Broadcast.

Desde o início do ano, a Ordem dos Advogados do Brasil- SP (OAB) informou que recebeu 130 reclamações de advogados cujos clientes beneficiários do **INSS** estariam insatisfeitos com os serviços prestados pela Crefisa. Os problemas mais comuns apontados são dificuldades para o saque dos benefícios, demora no atendimento, a obrigatoriedade de baixar aplicativo da empresa e abrir conta no seu banco. Mas as queixas envolvem também descontos indevidos e não solicitados nas aposentadorias.

As denúncias foram encaminhadas pela Comissão Especial de Direito Previdenciário da OAB-SP a diversos órgãos e entidades, solicitando providências urgentes. Receberam as reclamações o próprio **INSS**, a Empresa de Processamento de Dados da **Previdência Social** (Dataprev), a CGU (Controladoria-Geral da União), o Banco Central e a Federação

Brasileira de Bancos (Febraban).

Em outubro do ano passado, a Crefisa foi a grande vencedora de um leilão promovido pelo **INSS** para operar os pagamentos do instituto até 2029. Dos 26 lotes oferecidos, a financeira, mais conhecida por oferecer crédito para consumidores "negativados", ficou com 25.

Desde então, os segurados do **INSS** abarcados por esses contratos ficaram sem opção de indicar o banco em que desejam receber suas aposentadorias.

"Os beneficiários perderam essa opção, depois que o governo começou a fazer leilões de lotes de pagamentos", disse Joseane Zanardi, presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-SP.

"MÉTRICA ADEQUADA". A Crefisa informou que o seu banco já teria investido mais de R\$ 1 bilhão "em tecnologia e na ampliação e modernização de seus postos de atendimento, cumprindo os contratos estabelecidos e atendendo a todos os requisitos **impostos** pelo **INSS**". "A métrica adequada para avaliar a qualidade dos serviços é a taxa proporcional de reclamações, ou seja, o número de queixas em relação ao total de clientes ou de operações realizadas. Em relação ao Banco Crefisa, a taxa proporcional de reclamações é extremamente baixa, de menos de 1%", disse a empresa.

As reclamações recebidas pela OAB-SP, no entanto, foram as mais diversas. "Começamos a receber as reclamações no começo do ano, logo que a Crefisa assumiu os pagamentos do **INSS**", disse Joseane, da OAB. "Basicamente, há reclamações sobre a estrutura de atendimento, por falta de caixa físico e eletrônico, e uma demora muito grande de atendimento, e também de dificuldade para baixar aplicativos e fazer transferências." Segundo ela, esses problemas de atendimento são sérios uma vez que os benefícios são pagos para pessoas geralmente idosas, e que podem não estar familiarizadas com o uso de aplicativos nem terem acesso a smartphones. "Identificamos (ainda) situações de oferecimento da antecipação do valor do benefício, em que os atendentes não explicam o que é, e ficam como se o cliente tivesse pedido um empréstimo consignado", acrescentou Joseane. I

**

COMO FICA

I Quem recebe hoje por meio da Crefisa

Pelo despacho no Diário Oficial da União, "os efeitos da decisão se aplicam aos pagamentos decorrentes das novas concessões de benefícios". Ou seja, a medida não terá impacto no caso de segurados que já recebem seus benefícios por meio da Crefisa - eles continuarão recebendo pela instituição normalmente. Procurado pelo Estadão, o **INSS** indicou que esses segurados não têm nenhuma obrigação de tomar qualquer providência imediata.

Já quem passar a ter direito ao benefício não poderá receber pela Crefisa enquanto durar a medida cautelar. O **INSS** não respondeu, porém, como será realizado o pagamento desses novos benefícios.

I Portabilidade

O **INSS** designa um banco pagador para os benefícios, mas também é possível solicitar a portabilidade para outro banco de preferência do beneficiário, desde que a instituição em questão tenha convênio com o **INSS**. Após receber o primeiro pagamento, o beneficiário pode fazer a solicitação diretamente no banco de seu interesse.

Caso o segurado queira receber apenas com o uso do cartão magnético, sem escolher o banco, ele poderá acessar o site ou aplicativo do Meu **INSS** e selecionar o serviço "Alterar Local ou Forma de Pagamento" para fazer a alteração.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IFI prevê arrecadação do IOF abaixo da estimativa do governo

A Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta que as medidas de aumento de **tributos**, como a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a tributação de fintechs e bets, entre outros, vão gerar receitas de R\$ 16 bilhões em 2025, R\$ 39 bilhões em 2026 e R\$ 31 bilhões em 2027. Esses valores estão abaixo do estimado pelo governo, de R\$ 19 bilhões, R\$ 48,6 bilhões e R\$ 41,1 bilhões, respectivamente.

O relatório, divulgado ontem, também alerta que a regra do limite de despesas do arcabouço fiscal perderá efetividade a partir de 2027, quando seriam necessários cortes de

até R\$ 166 bilhões em gastos discricionários -como investimentos e custeio da máquina pública -para respeitar o teto, algo considerado inviável.

Com relação às receitas com as tributações previstas na medida provisória (MP)

1.303/2025, a IFI prevê em 2027 um total de R\$ 10,3 bilhões, contra R\$ 12 bilhões do governo. A diferença pode parecer pequena-R\$ 1,7 bilhão -, mas para a IFI é um sinal de que a estratégia fiscal baseada em aumento de arre-

cadação está longe de resolver os problemas estruturais das contas públicas.

A MP 1.3030/2025 eleva a alíquota das bets e das fintechs, acaba com a isenção de imposto para títulos de crédito imobiliário e do agronegócio e encarece a tributação sobre juros pagos a acionistas.

"ALÍVIO ILUSÓRIO"

Mesmo com essas medidas e com a retirada dos precatórios do teto de gastos e da meta fiscal, a IFI alerta que o efeito é limitado.

"Na realidade nua e crua, qualquer despesa é despesa efetiva, independentemente de sua natureza. E o que importa é seu impacto real no resultado primário efetivo e na dinâmica da dívida pública", afirmam os diretores Marcus Pestana e Alexandre Andrade no relatório.

"O risco é que o alívio ilusório na apuração dos indicadores fiscais oficiais implique a postergação de

medidas efetivas para o necessário e inevitável ajuste fiscal", conclui o relatório.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Quem vai financiar a Previdência ? (Artigo)

As novas gerações têm ambições bem diferentes das anteriores. Enquanto as gerações mais antigas almejavam um emprego fixo com carteira assinada, ou no setor público, os jovens de hoje querem trabalhar por conta própria, sem patrão. E são muito impacientes, pensam pouco no futuro. Mas isto tem consequências importantes para as finanças públicas no longo prazo, especialmente para a Previdência. Quais são estas consequências? Como poderíamos para evitá-las?

O Brasil progrediu muito em termos sociais nas últimas décadas. Quando a fome não é mais uma restrição, as pessoas passam a sonhar com coisas melhores para a sua vida e querem atingi-las rapidamente. Assim, as novas gerações, nascidas em famílias vulneráveis, não se contentam mais com um emprego com patrão, ganhando um salário mínimo, ou com o Bolsa Família. Querem ter um celular bom, se conectar com mundo, consumir, empreender, serem donas do seu próprio futuro.

Além disto, os brasileiros já são naturalmente um dos povos mais impacientes do mundo. Um estu-

do que comparou habitantes de vários países usando métodos sofisticados mostrou que entre os 76 países analisados, os brasileiros ficaram entre os 20 mais impacientes¹. A grande maioria dos brasileiros não está disposta a desistir de algo que é benéfico para eles hoje, para se beneficiar mais disto no futuro. Este estudo também mostra que pessoas mais impacientes poupam menos e passam menos tempo na escola.

Ao mesmo tempo, em cima de todo este contexto, várias mudanças na legislação trabalhista foram sendo introduzidas por aqui nas últimas décadas. No final de década passada foi criada a categoria de microempreendedor individual, uma alternativa à carteira assinada em que a pessoa paga apenas um valor simbólico de contribuição previdenciária e **impostos**. Mais recentemente, surgiram também os trabalhos por aplicativo, como a Uber, 99 Taxi e iFood, em que os motoristas não têm praticamente nenhum direito trabalhista.

Quais as consequências destas novas modalidades de trabalho? Do ponto de vista do trabalhador, depende muito da modalidade. No caso dos MEI, muitos trocaram um emprego com carteira para prestar serviços para empresas, a fim de ganhar um salário líquido maior, com menos direitos, mas com menos **impostos**. Para as empresas, esta troca também é

vantajosa, pois elas pagam menos encargos e **tributos**. Uma parte dos trabalhadores por conta própria não têm outra opção, pois não conseguiriam um emprego formal. Mas os demais trabalhadores, que são conta própria por opção e não prestam serviços para empre-

sas, podem estar iludidos com a perspectiva de ganhar mais dinheiro no curto prazo.

O gráfico compara os rendimentos médios das pessoas que têm um emprego com carteira de trabalho assinada com os que trabalham por conta própria, entre 22 e 42 anos de idade, usando dados da Pnad Continua, desde 2001 até 2023. É importante ressaltar que não estamos acompanhando as mesmas pessoas ao longo do tempo e que muitas delas mudam de ocupação ao longo da vida. Ainda assim, os números são ilustrativos. Podemos ver que no início da vida laboral, o trabalho formal e o por conta própria têm rendimento brutos parecidos. Isto significa que o trabalho por conta própria pode ter um rendimento líquido maior, por conta do maior imposto de renda no setor formal. Os rendimentos continuam parecidos até 32 anos de idade, mas a partir daí o rendimento do trabalho com carteira continua a crescer, ao passo que o dos trabalhadores por conta própria estabiliza.

Na hora de decidir a melhor alternativa de emprego, os brasi-

leiros teriam que calcular o valor presente dos seus rendimentos ao longo da vida. Mas é aí que entra a questão da impaciência.

A maior parte dos trabalhadores não quer se precaver para poder enfrentar eventos negativos no futuro, quer mais dinheiro agora. Assim, preferem trabalhar por conta própria em aplicativos, pensando que esta modalidade sempre lhe será vantajosa. Recentemente, o governo tentou regular este tipo de trabalho, incluindo uma pequena contribuição previdenciária, mas os próprios motoristas foram contra.

Além da questão individual, do ponto de vista agregado a conta também não fecha. Tanto o MEI como o trabalhador por aplicativo irão causar grandes prejuízos para as contas públi-

cas. No caso da MEI, as pessoas recolhem somente cerca de R\$ 80 por mês e, se contribuírem por pelo

menos 180 meses, terão direito a uma aposentadoria de um salário mínimo a partir de 65 anos pelo resto da vida. O rombo atuarial é enorme. E, mesmo assim, a inadimplência é de 40%. Além disto, grande parte dos motoristas de aplicativos não contribui para a Previdência. Ou seja, quando chegarem aos 65 anos, muitos deles terão que receber o Benefício de Prestação Continuada, se forem pobres, o que também vai demandar um orçamento público crescente.

Em suma, com as novas modalidades de contratação, a situação em termos de bem-estar dos trabalhadores e das contas públicas é preocupante. O sistema previdenciário ficará cada vez mais insustentável e, portanto, as reformas terão que ser cada vez mais draconianas, uma vez que a arrecadação ficará menor. Mas isto provocará uma redução ainda maior da base de arrecadação, pois uma parcela maior das pessoas sairá do sistema. Assim, se não houver alguma forma de arrecadação compulsória para a Previdência, os brasileiros que estão contribuindo hoje não conseguirão receber nada no futuro. Mas quem se preocupa com o futuro?

1. "Global Evidence on Economic Preferences", Ealk e coautores, Quarterly Journal of Economics (2018).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188305?page=1§ion=1>